

MICHEL FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Manoel Rufino David de Oliveira¹

Vitória de Oliveira Monteiro²

Resumo: o presente artigo busca compreender o conceito de biopolítica na teoria de Michel Foucault e avaliar sua importância para analisar o contexto da gestão política quanto à pandemia do coronavírus no Brasil. Em primeiro lugar, será discutida a biopolítica na obra “Microfísica do Poder” e sua relação com as políticas brasileiras de gestão em saúde em face do coronavírus. Posteriormente, será examinada como o sentido de biopolítica na obra “Em defesa da sociedade” se relaciona com o genocídio do povo negro e pobre. Em seguida, serão analisadas a obra “A Vontade de Saber” e as biopolíticas anti-feministas no contexto dessa pandemia. Em quarto lugar, será compreendido o sentido de biopolítica em “Segurança, Território e População” e sua relação com as estatísticas e o isolamento social. Por fim, será abordado o conceito de biopolítica em “Nascimento da biopolítica” e sua relação com a governamentalidade neoliberal durante a pandemia do coronavírus.

Palavras-chave: Coronavírus; Biopolítica; Governamentalidade.

Abstract: this article seeks to understand the concept of biopolitics in Michel Foucault's theory and evaluate its importance in analyzing the context of the coronavirus pandemic policy in Brazil. First, it was discussed biopolitics in “Microfísica do Poder” and its relationship with brazilian health management policies towards coronavirus. Later, it was examined the meaning of biopolitics in “Society Must Be Defended” and its relation to the genocide of the black and underprivileged people. Then, its was analyzed the work “The Will To Knowledge” and anti-feminist biopolitics in the context of the pandemic. Fourth, it was discussed the meaning of biopolitics in “Security, Territory and Population” and its relationship with statics and social isolation. Finally, it was debated the concept of biopolitics in “The Birth of Biopolitics” and its relationship with neoliberal governmentality during the coronavirus pandemic.

Keywords: Coronavirus; Biopolitics; Governmentality.

¹ Doutorando em Estudos Críticos do Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), orientando do professor Jean François Deluchey. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor substituto do curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor universitário da Faci Wyden e da Escola Superior Madre Celeste. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4820082227732791>.

² Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2219417102694837>.

Introdução

Em 20 de janeiro de 2020, o médico epidemiologista chinês Zhōng Nánshān solenemente anunciou na Televisão Central da China (CCTV), em nome da Comissão Nacional de Saúde da China, que o novo coronavírus, descoberto em Wuhan, era transmissível entre pessoas. Há uma nova doença em curso, chamada COVID-19, e esta é descrita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma doença infectorespiratória semelhante à gripe. Por ser um vírus novo, a taxa de infecção é alta, pois não há imunidade por adoecimento prévio, nem proteção por vacina. Uma doença se apresenta como perigosa às populações por seu potencial de contaminação ou pelo risco de morte. Em consequência, trinta e quatro brasileiros que viviam na cidade chinesa de Wuhan, epicentro do novo coronavírus, foram repatriados. Duas aeronaves da Força Aérea Brasileira aterrissaram no Brasil com esse grupo.

Pouco tempo depois, em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso de coronavírus no Brasil. O paciente foi um homem de 61 anos que viajou à Itália, e deu entrada no Hospital Albert Einstein no estado de São Paulo. Enquanto este trabalho está sendo escrito, mais de 9 meses se passaram após o primeiro caso de coronavírus registrado no Brasil e, desde então, mais de 150 mil brasileiros morreram em função do contágio.

A pandemia do coronavírus no Brasil tem representado um dos grandes desafios para o Estado Democrático de Direito, devido à extensão territorial, à dificuldade de articulação entre diversos atores sociais ou ainda aos projetos políticos e econômicos escolhidos para o nosso país, fatores que impelem grande empenho à “arte de governar” em matéria de saúde coletiva, economia e controle social.

Em vista disso, o objetivo deste trabalho é compreender o conceito de “biopolítica” conforme proposto por Michel Foucault e avaliar sua potencialidade para analisar o contexto da gestão política em relação ao coronavírus no Brasil. De maneira simplificada, pode-se conceituar biopolítica como a arte de governar a vida, técnicas de poder que atuam sob o indivíduo em uma perspectiva de massa global (ou ainda, população), a qual está sujeita a diversos fenômenos biológicos próprios, tais como a reprodução, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, entre outros fatores. Entretanto, compreender apropriadamente o conceito de biopolítica não é uma tarefa tão simples, pois, nos diversos momentos em que Foucault se refere à biopolítica, aparecem formulações desiguais entre si, mas também não totalmente divergentes a ponto de se distanciarem completamente.

Conforme propõe Leon Farhi Neto (2008, p. 64), é possível analisar a biopolítica em Michel Foucault a partir de cinco abordagens, diferenciadas justamente por aquilo que se apresenta como matéria para seu poder: existe um sentido da biopolítica ligado à saúde, um sentido ligado à raça e guerra, um sentido ligado à sexualidade, um sentido ligado à segurança e um sentido ligado ao comportamento econômico. Saúde, raça, sexualidade, segurança e economicidade são os cinco princípios que, agenciados nos seus respectivos dispositivos biopolíticos, regulam e controlam os seres humanos em uma população. Cada uma dessas “biopolíticas” não é apenas um nome diferente para a mesma coisa, mas uma grade teórica relevante para pensar o governo das populações em tempos de pandemia.

Contudo, discutir a pandemia do coronavírus a partir das ciências humanas não é uma tarefa fácil. Apesar de alguns teóricos já terem analisado as implicações sociais e políticas que surgiram e intensificaram nos tempos de pandemia, como Giorgio Agamben, Judith Butler e Slavoj Žižek, muitas abordagens filosóficas sobre a pandemia simplesmente não dão conta da realidade brasileira, uma vez que desde o início das políticas implementadas internacionalmente contra a pandemia, nossas políticas estiveram à margem dos padrões mundiais. Por isso, defende-se que para pensar a respeito dos efeitos da pandemia no Brasil, é incontornável a abordagem das práticas políticas desenvolvidas no contexto brasileiro. Por isso, o presente trabalho busca desenvolver uma reflexão que leve em conta não apenas as categorias filosóficas de Michel Foucault relativas à biopolítica e governamentalidade, mas também as singularidades da gestão política do coronavírus no Brasil.

Pensando as políticas de saúde coletiva a partir de Microfísica do poder

O primeiro sentido que o conceito de “biopolítica” recebe na teoria de Michel Foucault não se encontra em uma obra completa do autor, mas em um ensaio publicado ainda em vida. O texto “O Nascimento da Medicina Social”, publicado em 1977 na Revista Centroamericana de Ciencias de la Salud, foi baseado em uma conferência que Foucault ministrou no Rio de Janeiro em 1974 e é considerado o primeiro texto no qual o autor menciona a categoria analítica. Contudo, esse ensaio se tornou popular no Brasil não somente por ter sido feito a partir de uma transcrição de uma aula proferida por Foucault no território brasileiro, mas também por ter sido publicado como um capítulo da obra “Microfísica do Poder” (1979).

Em análise à Medicina Antiga, como realizada no Egito e Grécia antiga, Foucault (2017, p. 143-144) entende que as formas de medicina nessas sociedades primitivas não eram

medicinas sociais e coletivas, mas sim centradas no indivíduo. Igualmente, a Medicina Medieval era individualista e as dimensões coletivas da atividade médica extraordinariamente discretas e limitadas. Por sua vez, o filósofo francês defende que a Medicina Moderna adquire um caráter de medicina social que tem por cenário uma certa tecnologia do corpo social. A hipótese defendida pelo autor é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário (FOUCAULT, 2017, p. 144). Para analisar o desenvolvimento da Medicina Moderna, Foucault realiza uma breve genealogia das práticas históricas envolvendo a instauração do sistema médico-sanitário no Ocidente e as reconstitui no contexto da formação da Medicina Social.

A primeira prática histórica de desenvolvimento da Medicina Social ocorreu principalmente na Medicina de Estado Alemã do começo do século 18, baseada no conhecimento que tem por objeto o Estado e formada não apenas nos recursos naturais de uma sociedade, nem no estado de sua população, mas também no funcionamento geral de seu aparelho político (FOUCAULT, 2017, p. 145). A segunda etapa de formação da Medicina Social no Ocidente é representada pelo exemplo da França, onde, no final do século 18, aparece uma medicina que não parece ter por suporte a estrutura do Estado, como na Alemanha, mas um fenômeno inteiramente diferente: a urbanização e a sanitização das cidades (FOUCAULT, 2017, p. 152). Por fim, a terceira direção de desenvolvimento da Medicina Social ocorreu na Inglaterra a partir da medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário como último alvo da medicina social (FOUCAULT, 2017, p. 164).

Dessa maneira, Foucault argumenta que analisar o processo histórico de medicalização da vida no Ocidente é indispensável para entender a “biopolítica” surgida a partir da “coletivização” da Medicina no contexto do final do século 18 e início do 19. Dessa forma, as frases seguintes marcam a primeira ocorrência pública da palavra “biopolítica” nas obras de Foucault:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e pelo corpo. Para a sociedade capitalista é o biopolítico que importava acima de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2017, p. 144)

A Medicina Social, nesse sentido, pode ser compreendida como uma técnica de poder que age sobre a população normatizando condutas, ou seja, uma estratégia biopolítica exercida sob o coletivo. Tais normatizações tiveram efeito de produzir uma cartilha do bem viver, encarregada de promover não somente a saúde, mas também a moral. Desse modo, a

Medicina Social é convertida em um dispositivo de poder que age na constituição dos sujeitos, servindo aos desígnios do processo civilizatório burguês e com ele os preceitos higienizadores, contribuindo com a normalização da sociedade. No contexto do coronavírus, essa política de governar a partir da Medicina Social serve como elemento solidificador do próprio Estado, dando a ele um papel de polícia, que de um lado garante a vida da população e de outro reforça o poder do próprio Estado.

Dessa forma, as práticas disciplinares utilizadas, que antes visavam governar o indivíduo, agora objetivam governar um conjunto de vidas e de indivíduos. No contexto sanitário, as doenças não são mais problemas de saúde individual, mas sim de saúde social. Doenças, em especial aquelas de nível epidêmico e pandêmico como o coronavírus, servem como marcadores para o governo produzir um maior controle sobre as populações governadas. Com isso, o Estado começa a cumprir um papel higienista, de modo que a saúde pública, a coordenação de formas e mecanismos de tratamentos médicos, o fluxo e controle de dados e informações de saúde e, sobretudo, a medicalização da população são instrumentalizados para viabilizar o controle da coletividade.

Curiosamente, quando se trata de analisar a “arte de governar” do Brasil em matéria de saúde coletiva e combate ao coronavírus, verificamos uma total ausência de uma diretriz pelo governo central, acumulada pela alternância nos principais cargos de gestão no Ministério da Saúde implicaram uma baixa performatividade de governança e na inexpressiva capacidade de articulação entre as demais esferas. Além disso, a dificuldade de produzir orientações sanitárias confiáveis, a falta de recursos e o certo atraso em disseminar informações no território nacional têm levado o Ministério da Saúde a operar sob a égide de um desregramento vertical, inclusive se manifestando em desacordo com os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Por isso, no contexto brasileiro, seria mais adequado falar sobre uma desmobilização da Medicina Social no que tange ao combate ao coronavírus. Isso não quer dizer que não haja biopolítica operando nesse campo, pelo contrário, a opção de precarizar a saúde coletiva também responde a propósitos biopolíticos bem determinados. Por exemplo, a disputa eminentemente política em torno da produção e compra de carregamentos de vacinas para imunização do coronavírus.

Desde que houve o anúncio da transmissão global do coronavírus, foram mencionadas tentativas aceleradas de desenvolvimento de uma vacina eficaz contra o novo coronavírus. Nesse sentido, as vacinas estão sendo desenvolvidas em velocidade sem precedentes, e, além

da rapidez, os projetos em andamento buscam comprovar a eficácia e a segurança de tecnologias inéditas, que, futuramente, poderão modernizar outras vacinas já em uso no mundo. A esse respeito, Foucault afirma em seu texto que a medicina e a higiene, na busca de técnicas imunizatórias, constituem-se como os mais relevantes saberes destinados à maximização das potencialidades do corpo, tanto o corpo em sua perspectiva orgânica, individual, e disciplinar, quanto o corpo em sua perspectiva social, massivo, populacional. A vacina não é apenas tática imunizatória, mas é uma tática regulamentadora e controladora de corpos individuais e, principalmente, coletivos.

Segundo a OMS, entre as quase 200 (duzentas) propostas de vacinas em testes, 44 (quarenta e quatro) chegaram à fase de experimentação em humanos, fase chamada de estudos clínicos. Entre essas vacinas, 10 (dez) vacinas que chegaram aos estudos clínicos de fase 3 (três), 03 (três) propostas desenvolvidas na China utilizam a técnica conhecida como vacina de vírus inativado: a vacina da Sinovac, que está em testes no Brasil em parceria com o Instituto Butantan e o governo de São Paulo; a da Sinopharm com Instituto de Produtos Biológicos de Wuhan; e outra da Sinopharm com o Instituto de Produtos Biológicos de Pequim. Contudo, o Governo Federal brasileiro anunciou que cancelaria o acordo de intenção de compra da vacina do laboratório chinês Sinovac, mesmo elas estando em fase final de testes no Brasil.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o único órgão que pode autorizar a aplicação de uma vacina como política pública de saúde, mediante uma campanha de vacinação que seria operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, o Instituto Butantan, que produziria as vacinas aprovadas pela agência, denunciou em nota a demora para um parecer da ANVISA que permitira a importação de insumos para a fabricação do Coronavac, o que impactaria, segundo o instituto, as perspectivas de produção e disponibilização de vacina para a população brasileira. Essas relações de poder em torno da produção, testagem, aquisição, aprovação e distribuição de vacinas do coronavírus só demonstram como a Medicina Social é um campo de disputa essencial para o controle da população e para a consolidação do poder de polícia do Estado e, atualmente, a ANVISA tem se tornado uma das instituições mais visadas nesse contexto.

Pensando o genocídio da população negra no contexto epidêmico a partir de "Em defesa da sociedade"

Posteriormente à publicação do texto “O Nascimento da Medicina Social”, a mesma expressão “biopolítica” é encontrada na Aula de 17 de Março de 1976, ministrada na Collège de France, e publicada no livro “Em Defesa da Sociedade”. Na referida aula, Foucault avança em suas análises sobre o poder sobre a vida exercida pelo soberano, que possuiria o poder de fazer morrer e deixar viver. Nesse contexto, Foucault estabelece os dois domínios do biopoder³: a anatomopolítica e a biopolítica. A anatomopolítica consiste nas tecnologias disciplinares do corpo, baseada na organodisciplina das instituições, centrada no corpo, produtora de efeitos individualizantes, manipuladora do corpo como uma matéria-prima que deve se tornar útil e dócil ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2005, p. 288). Por ordem cronológica, a anatomopolítica surgiu ainda no final do século 17 e tornou-se conhecida também no decorrer do século 18, ao passo que a biopolítica veio a aparecer apenas durante a segunda metade do século 18.

Apesar de ter vindo depois, a biopolítica não exclui a anatomopolítica, mas a complementa, a integra, a modifica parcialmente, simplesmente porque opera em outro nível, a partir de técnicas de poder totalmente diferentes (FOUCAULT, 2005, p. 289). Essa nova técnica de poder se aplica à vida dos homens, isto é, não é dirigida ao homem-corpo, mas ao homem-espécie, na medida em que esse homem-espécie forma a massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida. Diferente do poder da soberania, que consistia em “fazer morrer”, aparece a tecnologia do poder sobre a população enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver, ao passo que a biopolítica faz viver e deixa morrer (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Dessa forma, a biopolítica surge a partir das tecnologias centradas na vida, baseada na bioregulamentação pelo Estado, que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva, que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso, compensar seus efeitos. A “população” é a característica principal da biopolítica, alvo

³ Na Aula de 17 de março de 1976, Foucault introduz o conceito de “biopoder”, associando-o com o conceito de “biopolítica”. Ressalte-se que ambos os termos “biopolítica” e “biopoder” aparecem nas obras de Michel Foucault quase com a mesma frequência e no mesmo período, sendo o conceito de “biopoder” geralmente utilizado em sentido amplo e o conceito de “biopolítica” em sentido restrito. Em seu sentido geral, o termo “biopoder” era utilizado por Foucault para se referir aos dois eixos de controle da vida, a anatomopolítica do corpo dos indivíduos e a biopolítica da população. Em outros textos, Foucault emprega o termo “biopoder” em sentido restrito, como sinônimo de biopolítica e, para falar do biopoder em seu sentido geral, serve-se da expressão “somato-poder”.

principal da tecnologia de poder que surge na segunda metade do século 18. A biopolítica é uma tecnologia de poder centrada em um corpo múltiplo, com inúmeras cabeças, justamente porque “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento” (2005, p. 293).

Esse sentido da biopolítica como tecnologia do biopoder é importante para discutir a pandemia como um fenômeno coletivo, do qual decorrem efeitos econômicos e políticos e que se tornam pertinentes por afetarem diversos processos populacionais, tais como o nascimento, a morte e a doença, a velhice, a relação com o meio ambiente, entre outros. Mais importante ainda para entender o contexto pandêmico brasileiro é a concepção específica da biopolítica em “Em Defesa da Sociedade”, pois nesse curso ela é relacionada ao genocídio das populações como prática de extermínio do Estado. Com efeito, a pandemia provocada pelo novo coronavírus evidencia a capacidade de o Estado indicar quais formas de vidas posicionadas em determinadas condições nacionais, de classe, étnicas, de gênero e etárias têm de sobreviver ao contágio. A hierarquização do ser, como se uns tivessem mais direito à vida do que outros, não deixa de se reproduzir ou ganhar novas formas no contexto pandêmico.

A OMS tem expressado sua preocupação com a ampliação da força de contágio do vírus nas cidades que são marcadas pelos seus altos índices de desigualdade social e, conseqüentemente, pelo precário acesso ao saneamento básico local. No Brasil, em que os índices de desigualdade são alarmantes, o coronavírus pode precarizar ainda mais milhares de vidas que não possuem nenhuma espécie de proteção do Estado. Nesse sentido, corre-se o risco de ter um cenário explícito de ampliação das desigualdades sociais, regionais, econômicas, raciais e de gênero. Essa situação é um vislumbre instigante da potencialidade do conceito de “biopolítica” para compreender o extermínio da população negra, da população indígena, das mulheres e das pessoas LGBT no contexto epidêmico brasileiro.

Por que o coronavírus mata mais pessoas negras e pobres no Brasil? Com a evolução da epidemia no país, morreram pobres na linha de frente do tratamento ao coronavírus, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde. De forma geral, os pobres são atingidos de forma “muito violenta” em relação aos “remediados e ricos”. Além disso, o o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (2020) confirma que no contexto da pandemia pretos e pardos morreram mais do que

brancos no Brasil⁴. Esse fenômeno não se restringe apenas ao Brasil, pois nos Estados Unidos, a organização APM Research Lab (2020) mostra que negros morreram a uma taxa de 50,3 por 100 mil pessoas, comparado com 20,7 para pessoas brancas. Por sua vez, no Reino Unido, a organização Office for National Statistics revelou em dados oficiais que homens negros da Inglaterra e de Gales têm três vezes mais chance de morrer em função do contágio do que homens brancos.

É nesse ponto que observamos como o racismo de Estado é um sustentáculo da biopolítica da pandemia, conforme Foucault anunciara no seu curso "Em defesa da Sociedade". Além disso, esse poder da morte, assim como o poder da vida, num sistema político centrado no biopoder, é exercido a partir do racismo. Para Foucault (2005, p. 304), o racismo é o mecanismo fundamental do poder, e isso faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado e, em certo momento, em certo limite e em certas condições, que não passe pelo racismo. O racismo estabelece um corte entre o que deve viver o que deve morrer, defasando no interior da população uns grupos em relação aos outros, isto é, fragmentando o contínuo biológico a que se dirige o biopoder.

O racismo também permite uma relação positiva de que quanto mais se deixar morrer, mais se fará viver. A morte do outro não é simplesmente o que assegura a vida, ou ainda a segurança pessoal. A morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou ainda do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2005, p. 305). Desta forma, Foucault concluiu, na Aula de 17 de março de 1976, que o racismo tem extrema importância no exercício do biopoder, pois é a condição para se exercer o direito de matar, de maneira direta, ou indireta, ao se expor a morte, multiplicar para alguns o risco de morte, ou ainda produzir a morte política, a expulsão, a rejeição. Como finaliza o filósofo francês, "a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo" (FOUCAULT, 2005, p. 306).

⁴ Em sua 11ª Nota Técnica (NT), o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), liderado pelo Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), analisou a variação da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil conforme as variáveis demográficas e socioeconômicas da população em mais de 30 mil casos de contágio. Considerando esses casos, quase 55% de pretos e pardos morreram, ao passo que morreram 38% de pessoas brancas. Essa porcentagem de mortalidade foi maior entre pessoas negras do que entre brancas em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade. O estudo também concluiu que, quanto maior a escolaridade da pessoa contagiada pelo coronavírus, menor a letalidade, já que pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) às pessoas com nível superior (22,5%). Caso seja cruzada a taxa de escolaridade com raça, essa disparidade é escancarada: pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior.

Pensando as políticas anti-feminismo a partir de “História da sexualidade”

O terceiro sentido que o conceito de “biopolítica” recebe na teoria de Michel Foucault é encontrado em uma obra completa publicada pelo autor ainda em vida, intitulada “História da Sexualidade, Volume I: A Vontade de Saber” (1976). Na última seção da obra, Foucault incluiu seis páginas altamente provocativas sobre este tema em um capítulo intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”, após as páginas dedicadas ao funcionamento do dispositivo da sexualidade em oposição, termo a termo, ao dispositivo de aliança. Assim, a seção final de “A vontade de saber” pode ser vista não apenas como o marco teórico geral no qual se inscreve a análise do dispositivo da sexualidade, mas também como marco teórico geral de um dos sentidos que a biopolítica apresenta.

Foucault (1999, p. 128), assim como fez no “Em Defesa da Sociedade”, ressalta que o antigo direito de vida e morte do soberano era exercido a partir do “deixar viver, fazer morrer”. Contudo, a partir do século 17, aparece um novo tipo de direito de vida e morte do soberano, exercida a partir do “fazer viver, deixar morrer”, ou seja, de causar a vida e expor à morte. Esse poder negativo de morte passa a se apresentar como o complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto e de seu genocídio. Nesse sentido, o filósofo francês defende que: “pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (FOUCAULT, 1999, p. 130). É nesse contexto de mudança da racionalidade do poder soberano que o “biopoder” surge e desenvolve-se a partir do século 17 em duas formas principais: a anatomopolítica e a biopolítica.

Nessa terceira formulação da biopolítica, Foucault defende que a biopolítica encontra na sexualidade dos indivíduos (sexualidade essa que a própria biopolítica induz, incita, produz) um suporte de regulação da população, razão pela qual pende sobre ele uma disputa política. Segundo Foucault (1999, p. 137), o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. É por isso que, no século 19, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência – torna-se então tema de operações políticas, de intervenções econômicas, e é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como

seu vigor biológico. Sendo assim, Foucault defende o dispositivo de sexualidade enquanto uma das práticas discursivas principais da biopolítica, um mecanismo biopolítico específico pelo qual as classes econômicas e as populações são apreendidas por seu sexo, e este constitui a matéria que, elaborada em um regime prático-discursivo, toma a forma da sexualidade.

E como a biopolítica seria indispensável para analisar a pandemia, em particular quanto aos seus efeitos de gênero e sexualidade? O quadro conceitual de biopoder e biopolítica desenvolvido em “A Vontade de Saber” é indispensável para melhor apreender a centralidade dos discursos de gênero, reprodução, sexualidade e raça no complexo atravessamento de relações de poder com que nos deparamos no capitalismo, no Estado e na vasta rede de administração, regulação e hierarquização da vida que define quem somos, como vivemos e como morremos. Seja na anatomopolítica, seja na biopolítica em sentido estrito, as diferenças entre homens e mulheres e as práticas sexuais foram centrais para ambas essas formas de biopoder, uma vez que o controle da reprodução permite o controle dos corpos individuais e da população como espécie.

Claire Provost (2020) argumenta que o estado de anormalidade desencadeado pela pandemia cria condições favoráveis para que se reforcem as relações tradicionais de gênero e surjam grupos anti-feministas que ataquem os direitos ao aborto e à diversidade sexual. Ela também sugere que as tragédias, possíveis consequências da pandemia, podem dar a esses grupos a oportunidade de conquistar mais poder político em países ainda não ameaçados pela desdemocratização. Isso porque o disciplinamento das relações de gênero e práticas sexuais tornou-se uma peça-chave no projeto mais amplo de normalização das sociedades. Raça, ou corpos racialmente marcados, é outra peça crucial da equação biopolítica. Esse tipo de biopolítica fundamenta ideologicamente os critérios para determinar quem vai viver e quem vai morrer e garante a homogeneização das sociedades europeias e, mais importante, a supremacia da empresa colonial.

Outro fenômeno evidenciado pelo momento atual foi o engajamento de instituições e atores não seculares com as dimensões biopolíticas da pandemia. Sônia Correa (2020, p. 19) denuncia que as instituições religiosas envolvidas em campanhas anti-gênero reagiram negativamente às regras que promovem o isolamento social em todo o mundo. No Brasil, muitas vozes conservadoras católicas e evangélicas questionaram a existência do vírus, a eficácia das respostas biomédicas, o isolamento social, a proibição de cultos. Afirmaram que as pessoas deveriam confiar nos poderes de cura de Deus. Não surpreendentemente, essas mesmas vozes declararam que o coronavírus era um castigo divino pela legalização do aborto,

pelo reconhecimento dos direitos LGBT ou, no caso da Europa, pela queda das taxas de fecundidade. Esses setores conversadores não seculares também pressionaram para que os serviços de saúde reprodutiva e aborto⁵, bem como os cuidados médicos para pessoas transgêneros fossem rotulados como não essenciais.

Além disso, pode-se falar também sobre a precarização dos trabalhos das mulheres, a sobrecarga do trabalho doméstico, o aumento de violência doméstica e as violências baseadas em gênero como efeitos da pandemia. Embora uma vasta literatura sobre coronavírus e biopolítica tenha sido publicada recentemente, este ângulo particular das implicações da biopolítica da pandemia nas relações de gênero e sexualidade quase não foi explorado. As teóricas feministas estão em uma posição privilegiada para examinar criticamente esse terreno desconhecido das condições biopolíticas contemporâneas, inclusive para muito além do que escreveu Michel Foucault, integrando a perspectiva do gênero como uma categoria política indissociável do desenvolvimento do capitalismo e do poder estatal.

À guisa de exemplo de autoras que podem agregar discussões sobre o tema, Susan Moller Okin (2008), sob uma perspectiva liberal, tem feito muitas críticas acerca da dicotomia-público/privado, apontando que a pretensa divisão da esfera pública/privada⁶ silencia a existência de uma terceira esfera, a esfera doméstica, na qual há um trabalho obrigatório e não-remunerado feminino que oprime mulheres e as impede de participar das outras esferas (OKIN, 2008, p. 308). No mesmo sentido, Heleieth Safiotti (1978), sob um ponto de vista marxista, denuncia que o trabalho doméstico, inserido na família, é considerado improdutivo, uma vez que não produz mais-valia. Mas que apesar de ser improdutivo, ele é

⁵ Não é à toa que durante a pandemia do coronavírus houve uma grande mobilização da comunidade conservadora não secular para oposição ao aborto sentimental a ser realizado por uma menina de 10 anos, vítima de estupro de vulnerável. A criança de 10 anos engravidou após ser estuprada pelo tio em São Mateus, no Espírito Santo, e teve de ser atendida em Recife após negativa de atendimento na cidade capixaba onde vive, mesmo com aval da Justiça. Depois de vazadas informações sigilosas sobre o processo de aborto da criança, ativistas radicais ameaçaram verbalmente a criança e o médico que realizaria o aborto, gritando “assassino” na porta do hospital para que não se cumprisse a lei. Durante esse caso, o Ministério da Saúde inclusive publicou a Portaria 2.561, de 23 de setembro de 2020, criando novos obstáculos para o processo de aborto humanitário ou sentimental. Diante da oposição dos movimentos feministas e pró-aborto, essa portaria foi revista pela Portaria 2.282, de 27 de agosto de 2020, que retomou os antigos requisitos exigidos para o referido aborto.

⁶ Susan Moller Okin, em seu artigo “Gênero, o público e o privado”, defende que, embora a esfera privada seja necessária para o desenvolvimento de relações íntimas com outras pessoas e para que as pessoas tenham espaço e tempo para si, as instituições e práticas de gênero terão de ser muito alteradas para que as mulheres tenham oportunidades iguais às dos homens, “seja para participarem das esferas não-domésticas do trabalho, do mercado e da política, seja para se beneficiarem das vantagens que a privacidade tem a oferecer” (OKIN, 2008, p. 327). Com esse objetivo em mente, homens e mulheres deverão dividir equitativamente a responsabilidade da criação dos filhos, do cuidado da casa e das outras tarefas domésticas que o pensamento político hegemônico presumiu explicitamente, e continua implicitamente a presumir, que são de responsabilidade única da mulher.

necessário e indispensável para a manutenção do sistema de produção capitalista, razão pela qual o patriarcado assegurou que as mulheres ficassem subordinadas a essa responsabilidade quando da divisão sexual do trabalho⁷.

Ainda, sob uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, Angela Davis denuncia que “durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos” (2016, p. 161). Nos Estados Unidos, era muito comum que a escravidão fosse tratada como “instituição doméstica” e as escravas como “serviçais domésticas”, e quando a escravidão foi abolida, as mulheres negras passaram a trabalhar como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo⁸, ao passo que as mulheres brancas do Sul do Estados Unidos rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza em nome do feminismo liberal (DAVIS, 2016, p. 162). Em adição, o trabalho doméstico não-remunerado das mulheres negras⁹ está simultaneamente confinando e empoderando as mulheres negras, como alerta Patricia Hill Collins (2000, p. 46).

⁷ Heleieth Safiotti, enquanto socióloga e teórica feminista marxista, analisa em sua obra “Emprego doméstico e capitalismo”, a divisão sexual do trabalho que sustenta o sistema de produção capitalista. Sobre esse tema, a autora assevera que a crescente ocupação das esferas públicas por parte das mulheres não implica numa libertação destas da esfera privada, em suas palavras. Ressalte-se que ao usar a expressão esfera privada, Heleieth está se referindo à esfera doméstica, na qual ocorrem os trabalhos não-remunerados de cuidado da casa e da família. Além disso, a autora ainda denuncia que esse processo de ocupação da esfera pública pelas mulheres também acarreta numa opressão de classe para com mulheres mais pobres, já que muitas mulheres, para poderem desempenhar diferentes ocupações políticas e profissionais, contratam outras mulheres para desempenhar o trabalho doméstico em seus lares. Esse trabalho doméstico pago, não deixa de considerado um trabalho improdutivo no contexto brasileiro, razão pela qual é marcado pela desvalorização e não remuneração adequada. Dessa maneira, Heleieth Safiotti (1978, p. 197) conclui que para lutar contra a exploração da mulher na esfera privada (ou esfera doméstica, como prefere chamar Susan Okin), é necessária uma profunda reestruturação da sociedade de classes sem empregadas domésticas e na qual o trabalho doméstico fosse equitativamente distribuído entre homens e mulheres.

⁸ Angela Davis defende a equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico é um vestígio da escravidão que não parece desaparecer com o tempo, e nesse sentido, as mulheres negras acabam arcando de maneira mais severa com as pressões na esfera doméstica. Em sua obra “construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia” (2020), Angela Davis chama atenção a falha em fornecer kits de teste para hospitais, clínicas e bairros negros, e que, portanto, no contexto da pandemia é necessário que nos organizemos contra o racismo estrutural que dirige nossas instituições e contra o racismo do cotidiano, lembrando sempre que “o racismo é uma questão feminista (...) devemos levar em consideração também o fato de que muitas pessoas no centro desta crise, na linha de frente, são mulheres. Mulheres de todas as origens raciais e étnicas, mulheres pobres, mulheres trans - especialmente nso países do sul do mundo” (2020, p. 17).

⁹ Patricia Hill Collins, em sua obra “Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment” (2000), faz uma análise holística sobre trabalho, família e a opressão da mulher negra. Em primeiro lugar, ressalta que muito tem se falado sobre a migração das mulheres negras estadunidenses dos serviços domésticos em casas particulares para serviços subremunerados, tais como assistentes de lares de idosos, auxiliares de creche, trabalhadoras de lavanderia e funcionárias de fast-food. Contudo, a autora também chama atenção para o trabalho doméstico não-remunerado das mulheres negras, que são explorados dentro das redes familiares afro-americanas, por exemplo, por namorados, parentes e até mesmo por políticas sociais apoiadas pelo governo (COLLINS, 2000, p. 46).

Pensando as estatísticas e o isolamento social a partir de “Segurança, território e população”

O curso “Segurança, território e população” assinala o início de um novo ciclo no ensino de Michel Foucault no Collège de France. Os dois cursos de Michel Foucault, “Segurança, território, população” (1978) e “Nascimento da biopolítica” (1979), formam um díptico cuja unidade reside na problemática da racionalidade da biopolítica, ou ainda, na governamentalidade. Ao dar início ao curso “Segurança, território e população”, Foucault (2008, p. 3) evoca o conceito de biopolítica, como sendo o conjunto dos mecanismos pelos quais a espécie humana, tomada em suas características biológicas fundamentais, vai entrar numa realidade política, numa estratégia política ou ainda numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, a biopolítica consiste no fenômeno pelo qual as sociedades ocidentais modernas, a partir do século 18, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.

Nesse momento do curso, na aula de 1 de fevereiro de 1978, Foucault percebe, mediante a análise de alguns mecanismos de segurança, como a prática da variolização e da vacinação, apareceram alguns problemas específicos da população e, examinando mais de perto os problemas da população, houve uma remissão imediata ao problema do governo. É possível então dizer que existe um encadeamento entre as categorias de “mecanismos de segurança”, “população” e “governo”, que faz com que, sempre quando se fale de “população”, e portanto de biopolítica, incessantemente se insira a palavra “governo”. Segundo o filósofo, esse encadeamento existe em função da expansão demográfica do século 18 ter expandido a amplitude da arte de governar, em função da abundância monetária e da expansão da produção agrícola, “de uma forma mais precisa que o desbloqueio dessa arte de governar esteve ligado, penso eu, à emergência do problema da população” (FOUCAULT, 2008, p. 138). A população será o ponto em torno do qual se organizará o que se chamava de “paciência do soberano” nos textos do século 16, e, por isso, Michel Foucault viria a identificar o conceito de “governamentalidade”.

Foucault (2008, p. 143) define “governamentalidade” como sendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder que possui como alvo principal a população, como forma de saber a economia política e como instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Além disso, Foucault (2008, p. 143) entende a

governamentalidade como uma tendência de preeminência desse tipo de poder que trouxe consigo o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Por fim, ainda pode ser entendida como o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, que nos séculos 15 e 16 se tornou pouco a pouco “governamentalizado” como Estado administrativo (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Segundo Foucault (2008, p. 145), vivemos na era da governamentalidade, aquela que foi descoberta no século 18 e que foi constituída pelo conjunto de instituições, procedimentos, cálculos e táticas que constituem essa forma específica e complexa de poder que possui como alvo principal a população: a biopolítica. O filósofo então finaliza sua aula de 1 de fevereiro de 1978 defendendo a possibilidade de dizer que, se o Estado existe tal como ele existe agora, é precisamente graças a essa governamentalidade, que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, haja vista serem as táticas de governo, a cada instante, determinantes para definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não estatal. Logo, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade. Portanto, este, o curso “Segurança, território, população” marca a entrada da problemática da governamentalidade e da questão do Estado no campo de análise foucaultiana do poder.

Nas últimas aulas do curso “Segurança, território e população”, nas quais Foucault propõe o estudo desses dois dispositivos, fica claro que é perfeitamente possível fazer a genealogia do Estado moderno e dos seus aparelhos não a partir de uma “ontologia circular” do Estado, este que se afirma e cresce como um grande monstro ou urna máquina automática, e sim a partir de uma história da razão governamental. Para essa nova racionalidade, há certa naturalidade na ação da população, desse modo, o Estado não deve regulamentar, mas gerir, a fim de que essa naturalidade seja bem direcionada. Surgem novos elementos de governamentalidade: a sociedade, a economia, a população, o território, a segurança e a liberdade (FOUCAULT, 2008, p. 476). São esses novos elementos que permitem o surgimento do que chamamos de liberalismo. A polícia e dispositivo diplomático-militar serviram para afirmar a razão de Estado, permitindo a consolidação do Estado moderno. Toda essa análise feita por Foucault coaduna com os fundamentos da biopolítica enquanto conjunto de técnicas que visam a regulação da população.

Em “segurança, território e população” (2008, p. 365), Foucault ressalta que, a partir da consolidação da biopolítica, surgem as estatísticas, razão pela qual o conjunto de dados

estatísticos foi sempre a base para entender as estratégias de regulação da população. Isso ocorre porque, dentre os saberes direcionados a mobilizar as populações, a estatística surge como dispositivo para promover dados para o Estado, para organizar as taxas de natalidade e mortalidade, por exemplo. Portanto, a produção de informação torna-se um dispositivo indispensável para o Estado produzir os mecanismos de biopolítica. No contexto da pandemia, a produção de estatísticas é evidenciada como uma prática política estratégica, seja para gerir a medicalização, seja para gerir a morte e o apagamento de seus rastros. Sem dúvida, as estatísticas produzidas em torno do coronavírus é um elemento determinante relacionado à governamentalidade do Estado brasileiro e que reverbera sobre a conceptualização biopolítica foucaultiana.

Joneffer Barbosa (2020, p. 2), debatendo a governamentalidade neocolonial e deslocando os debates de biopolítica para entender o contexto latino-americano, defende que “os subnotificados da coronavírus são os desaparecidos políticos do nosso tempo recente”, uma vez que o cenário atual de subnotificação de casos, a reativação de cemitério periféricos e o abandono das favelas à pandemia, são exemplos dessas práticas de desaparecimento, em grande parte, acobertados pela estatística. Evidentemente, em cenários de pandemia, quando uma doença se alastra indefinidamente em período curto de tempo, existe uma margem de subnotificação incontornável. Contudo, o governo brasileiro desde o início se mobilizou ativamente para minimizar a potência da pandemia e as possibilidades de letalidade para a população e os dados estatísticos são utilizados como uma tecnologia de poder biopolítica para gerir a população brasileira de certa maneira, além de gerir a morte e o apagamento de seus rastros.

Outro conceito associado à biopolítica no presente curso do Collège de France é a polícia urbana, uma vez que a urbanização foi um elemento determinante para o controle da população, pois “há cidades porque há polícia, e é porque há cidades tão perfeitamente policiadas que se teve a idéia de transferir a polícia para a escala geral do reino (...) no sentido estrito dos termos, policiar e urbanizar é a mesma coisa” (FOUCAULT, 2008, p. 453). Nesse contexto de política urbana, percebemos que, no início dos casos de coronavírus no país, surgiu um intenso debate acerca das possíveis estratégias de isolamento vertical e isolamento horizontal.

Primeiramente, o Governo Federal defendeu a proposta de um isolamento vertical, aquele que deixa isolado apenas os pertencentes ao grupo de risco, tais como idosos e pessoas com condições pré-existentes, contudo, houve um certo consenso de especialistas de saúde da

OMS que o ideal seria o isolamento horizontal, aquele que deixa isolado todos do núcleo familiar. Analisando o contexto de “espacialização” a partir do isolamento vertical e horizontal no contexto pandêmico, verificamos que as hierarquias sociais, raciais e de gênero são projetadas ou materializadas em novos espaços, evidenciando a tese defendida por Foucault de que a biopolítica sempre implica a criação de regras espaciais.

Entretanto, a questão que se apresenta é a real aplicabilidade dos parâmetros desse isolamento horizontal nas favelas e bairros periféricos brasileiros, uma vez que os caminhos e o ritmo das infecções variam muito em padrões espaciais altamente desiguais, como entre bairros periféricos e bairros nobres. A capacidade das pessoas de colocarem em quarentena e exercerem o isolamento horizontal social requer que tenham espaço para isso, mas o espaço é um recurso muito escasso entre os mais pobres. Essa limitação ao isolamento horizontal também é determinada por condições precárias de saneamento das casas e das comunidades, com a desproporção do número de pessoas na mesma casa, até a impossibilidade de solicitação e recebimento de auxílios pela internet, sendo necessários o deslocamento e a aglomeração em filas.

Pensando a governamentalidade neoliberal a partir de “Nascimento da Biopolítica”

No curso “Nascimento da biopolítica” (1979), a análise das condições de formação da biopolítica logo se apaga em benefício da análise da governamentalidade liberal. Nesse curso, Foucault (2009, p. 30) desenvolve a tese de que existe um novo tipo de racionalidade na arte de governar, um novo cálculo do controle biopolítico, segundo o eixo das economias de mercado, influenciado pelo neoliberalismo econômico da Escola de Chicago. Na visão de Foucault, o pensamento neoliberal apresenta-se como uma radicalização do liberalismo e, sobretudo, uma forma de governo da sociedade.

Governar a população é fazer com que todo fenômeno social seja também uma atividade econômica. Para que não haja diferenças entre governados e população, para que não haja o ingovernável, não deve haver diferenças entre sociedade e mercado, tudo deve se tornar mercado e, para tanto, o Estado deve produzir as condições a fim de que todos os agentes sociais passem a funcionar como agentes econômicos, como empresas, num ambiente de concorrência, em que o jogo estratégico persiga a lógica empresarial. Dessa maneira, Michel Foucault associa à racionalidade governamental as questões relativas às novas configurações da economia de mercado que têm lugar numa economia de mercado neoliberal.

De fato, como explica Wendy Brown (2019, p. 30), o neoliberalismo para Michel Foucault é uma nova racionalidade política, cujo alcance vai para além da política econômica e do fortalecimento do capital, mas pressupõe uma nova forma de governamentalização do Estado, uma vez que “é preciso governar para o mercado em vez de governar por causa do mercado” (2008b, p. 165). Na nova racionalidade governamental, por um lado, todo governo é para os mercados e orientado por princípios de mercado e, por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados, amarrados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas. Em outras palavras, o próprio governo é reformatado para servir aos mercados.

Sem dúvida, a biopolítica foucaultiana assume um papel relevantíssimo na análise de um modelo de desenvolvimento neoliberal aplicado ao Brasil. Ela é capaz de produzir significados no sentido de configurar a implementação de uma estrutura bioeconômica, cuja matriz principal seria criar uma governança econômica de vidas. A biopolítica exercida na contemporaneidade a partir da produção do *homo oeconomicus* potencializa, assim, a governamentalidade das vidas sob a égide de um Estado ausente e incapaz de distribuir riquezas e minimizar as desigualdades. Num contexto como o brasileiro, presenciamos uma consolidação de dispositivos de governamentalidade sob a égide de um neoliberalismo periférico. Temos uma soberania biopolítica organizada a partir da possibilidade de morte considerável de uma parcela da população pelo coronavírus, sob o pretexto da racionalidade econômica.

Tendo isso em vista, no neoliberalismo, mais do que no liberalismo clássico, o que está em jogo é o governo da vida dos homens: a sociedade em seu conjunto e seus membros individualmente devem se comportar como uma empresa. Sob a influência do neoliberalismo econômico do pós-guerra, o homem passa a ser compreendido em termos de *homo oeconomicus*, isto é, como um ser agente que, estimulado pelas diversas exigências do mercado, busca responder a essas exigências, um ser humano empreendedor. Se o *homo oeconomicus* liberal era ingovernável, o *homo oeconomicus* neoliberal é o ser humano governável, desde que o governo utilize e manipule corretamente as variáveis econômicas. Os princípios do mercado se tornam princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo oeconomicus*, transformando-o de um sujeito de troca e da satisfação de necessidade (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo) (BROWN, 2019, p. 31).

Por exemplo, nesse momento, os trabalhadores que se encontram mais desamparados são justamente os informais, aqueles que estão numa lógica de empresários de si mesmos. No

cenário pandêmico, morrer e adoecer são processos que carregam consigo a marginalização e a consequente exclusão do projeto econômico. Isso ocorre porque a racionalidade neoliberal não está mais preocupada com o sujeito, mas sim com o sucesso do projeto econômico. A pandemia do coronavírus escancarou mundialmente a quantidade de projetos individuais frustrados e a precariedade de quem não pode se isolar socialmente, pois no outro dia não terá o que comer. No Brasil, em todas as regiões, em grandes ou pequenas cidades, visualizam-se infundáveis filas de pessoas jogadas à sorte de auxílios emergenciais. Curiosamente, foi em pleno contexto pandêmico que os grandes bancos aumentaram seus lucros e o nível de concentração de renda aumentou.

Nesse mesmo sentido, Wendy Brown expressa que “indivíduos responsabilizados são obrigados a sustentar a si mesmos, num contexto em que poderes e contingências limitam radicalmente sua habilidade de fazê-lo” (BROWN, 2018, p. 41). Seríamos responsáveis por nós mesmos e, acima de tudo, responsáveis por sermos autossuficientes economicamente, ao mesmo tempo em que estamos estruturalmente, em grande medida, impedidos de concretizar tal demanda. Sujeitos transfiguram-se em plenamente responsáveis e culpabilizáveis não só por suas vidas, mas pelo funcionamento geral da nação. No contexto neoliberal, à medida em que serviços sociais são destruídos e a incapacidade da plena autossuficiência emerge, encontraremos as vidas consideradas “dispensáveis” pelo sistema, mais especificamente, encontraremos pessoas que foram incapazes de se transfigurarem no tipo de indivíduo que a racionalidade neoliberal previamente exigiu. Daí, por estar desprotegido e reconfigurado segundo o modelo empresarial, é dotado de responsabilidade, logo, no fracasso, é dispensado.

A criação do *homo oeconomicus* neoliberal nos faz perceber que a governamentalidade expressa também uma ampliação do domínio do governo para além do âmbito disciplinar da definição de regras, da proibição, da punição, chegando ao plano da produção do real, no limite, visando sua totalidade. Enfim, observamos que a governamentalidade atual passa a configurar economicamente as dinâmicas dos sujeitos e dos Estados, assumindo um viés “bioeconômico” (BAZZICALUPO, 2017, p. 82). No contexto pandêmico brasileiro, Ítalo Borba destaca que presenciamos uma consolidação desses dispositivos de governamentalidade sob a égide do neoliberalismo periférico: “temos uma soberania biopolítica organizada a partir da possibilidade de morte considerável de uma parcela da população pela Covid-19, sob o pretexto da racionalidade econômica” (BORBA, 2020, p. 7)

Em um país como o Brasil, no qual relações entre empregador e empregado são tão díspares, com legislação laboral altamente flexível e um elevado grau de informalidade, a pandemia de COVID-19 tende a colocar nas ruas um conjunto de vidas sem perspectiva alguma. É nesse sentido que vemos um discurso político com profundos laços com a doutrina neoliberal, que não pode ser relativizada, nem mesmo em situações extremas, como no caso da pandemia. É a partir desse sentido que André Fonseca e Silvio Silva (2020, p. 67) alertam que é visível no discurso do governo brasileiro a transferência da responsabilidade e do encargo da retomada das atividades econômicas aos trabalhadores, que, por estar na linha de frente nos ambientes laborais, deveriam ter suas atividades normalizadas, sem qualquer alteração nos elementos contratuais de trabalho.

Atualmente, a governamentalidade brasileira que poderia focar em produzir e financiar instrumentos e sistemas que cuidem da saúde coletiva é inexistente, sendo marcada por uma economia de mercado de neoliberalismo predatório. O investimento em saúde pública, a criação de estratégias de saúde e a organização de um sistema de saúde público robusto se transformam em “gasto”, “peso para o estado” ou entrave para a mercantilização da saúde e das vidas. Renata Duro Dias alerta que governamentalidade brasileira em matéria de saúde coletiva, marcada pela total ausência de diretriz pelo governo central, baixa performatividade e inexpressiva capacidade de articulação “se tornou ainda mais complexa diante dos quadros que emolduram as condições desigualizantes, perpetradas pelo neoliberalismo vigente” (DIAS, 2020, p. 16).

Contudo, esse posicionamento não é exclusivo do governo brasileiro, uma vez que várias figuras do neoliberalismo, como Trump, Macri, Vargas Llosa e Aznar, assumiram publicamente uma posição semelhante, naturalizando a lógica que defende a manutenção do mercado, mesmo que isso custe a vida das pessoas. Dessa maneira, Sandra Caponi (2020, p. 216) aponta ser necessário, para entender a força da aparente oposição entre economia e vida, que divide países em protecionistas e negacionistas da pandemia, e no Brasil, separa as estratégias políticas adotadas pelos governadores de diferentes estados brasileiros, que nós discutamos as desigualdades existentes no contexto neoliberal no qual surge a pandemia. O COVID-19 nos escancara a crueldade dessa razão neoliberal que não apenas produz serviços e bens de consumo, mas também produz modos de ser sujeitos.

Considerações finais

A epidemia do coronavírus parece uma atualização das aulas de Michel Foucault sobre biopolítica, uma vez que a partir da perigosa circulação do novo coronavírus e em nome da proteção coletiva se controlam os corpos, traçam-se fronteiras reais ou imaginárias ao acesso a direitos básicos e à suscetibilidade à morte, à violência e à precariedade. A pandemia é um grande amplificador das problemáticas relativas à regulação da população e ao controle das vidas e das mortes. Ele é um revelador e intensificador das muitas lutas pelas quais passamos há muito tempo, tais como desigualdade, patriarcado, violência e discriminação, crise de cuidado, déficit de democracia e governança, insustentabilidade ecológica e muito outros. Por isso, o presente trabalho defende que o conceito de “biopolítica”, conforme desenvolvido na filosofia de Michel Foucault, é uma chave teórica importante para pensar as políticas brasileiras em tempos de pandemia.

Ao escrever acerca da pandemia e dos efeitos do coronavírus nas políticas estatais e nas relações sociais, despontam inúmeros temas, como as políticas de saúde coletiva, a produção de estatísticas de saúde, as medidas de isolamento social, o aumento da violência contra a mulher, os impactos socioeconômicos nas finanças dos países, das empresas e dos trabalhadores e o genocídio do povo negro e pobre. Esses temas tratam sobre o poder que organiza as políticas da vida, isto é, as táticas que regulam que corpos devem viver e quais podem ser descartáveis.

Convém ressaltar que o trabalho não teve como objetivo discorrer exaustivamente acerca dos efeitos advindos da pandemia no contexto brasileiro, mas apontar possibilidades de análise. É indispensável que se discutam esses temas em todos os campos de produção de saber científica, a saber, nas escolas, nas universidades e faculdade, nos congressos ou nos editoriais de periódicos científicos, entre outros. E, no campo das humanidades, os vários sentidos atribuídos à “biopolítica” despontam como chaves teóricas instigantes e importantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APM RESEARCH LAB. *The color of coronavirus: covid-19 deaths by race and ethnicity in the u.s.* 2020. Disponível em: <https://www.apmresearchlab.org/covid/deaths-by-race>. Acesso em: 20/10/2020.

BARBOSA, Jonnefer. *Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado.* 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos>. Acesso em: 20/10/2020.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

BORBA, Italo do Nascimento Oliveira. *Biopolíticas e covid-19: um esforço para entender o Brasil*. Voluntas, Santa Maria, v. 11, e48, p. 1-8, jul. 2020

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAPONI, Sandra. *Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal*. Revista Estudos Avançados, 34 (99), 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

CORRÊA, Sonia. *Biopolitics & the COVID-19 Pandemic: feminist perspectives*. 2020. Disponível em: https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2020/06/DAWNTalksOnCOVID_19_Sonia-Correa.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

DAVIS, Angela. *Construindo movimentos uma conversa em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Renata Duro. *Governamentalidade, biopolítica e vida precária: a pandemia de covid-19 no Brasil*. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 15, n. 2, 2020

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FONSECA, André Dionei. SILVA, Silvio Lucas da. *O neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo bolsonaro no contexto de crise da Covid-19*. Revista Ágora, v.22, n.2, p. 58-75, 2020.

NUCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE (NOIS). *Nota Técnica 11 de 27/05/2020*. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. 2020. Disponível em: www.sites.google.com/view/nois-pucrio. Acesso em: 20/10/2020.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. *Coronavirus (COVID-19) related deaths by ethnic group, England and Wales: 2 March 2020 to 10 April 2020*. 2020. Disponível em:

<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/deaths/articles/coronavirusrelateddeathsbyethnicgroupenglandandwales/2march2020to10april2020>.

Acesso em: 20/10/2020.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (2): 440, maio-agosto, 2008

PROVOST, Claire. *Who's happy about coronavirus? Our rights and democracies are under threat. But how this crisis reshapes our world depends on us*. Open-democracy. 31 de março 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/whos-happy-about-coronavirus/>. Acesso em: 20/10/2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

Artigo recebido em: 29/10/20

Artigo aprovado em: 07/12/20